

## Ocupação Contestado: memória, identidade e linguagem política

Mariana Pitasse Fragoso<sup>1</sup>  
Carla Baiense Felix<sup>2</sup>

### Resumo:

O artigo discute a relação entre memória e identidade na construção de uma linguagem política. Nosso objeto é a Ocupação Contestado, comunidade de 120 famílias da cidade de São José, região metropolitana de Florianópolis, formada em 2012, e apoiada pela organização política Brigadas Populares. A partir das estratégias de comunicação, que valorizam a luta e a resistência, analisamos em que medida memória e identidade coletivas são acionados pelas Brigadas Populares na produção de uma linguagem política frente ao poder público.

Palavras chave: Memória; Identidade; Resistência; Ocupação Contestado.

## Ocupação Contestado: memory, identity and political language

### Abstract:

The article discusses the relationship between memory and identity in building a political language. Our object is Ocupação Contestado, a community formed in 2012 consisting of 120 families, in São José, in the metropolitan region of Florianópolis, and supported by the political organization Popular Brigades. From the communication strategies that value the struggle and resistance, we analyzed that collective measure memory and identity are triggered by the Popular Brigades in producing a political language in regards to the government.

Keywords: Memory ; Identity; Resistance; Ocupação Contestado.

Artigo recebido em: 11/10/2017

Aceito em: 02/02/2018

1 Doutoranda em Antropologia pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal Fluminense (UFF), é mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) e possui graduação em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, ambos na mesma instituição. É também integrante do Centro de Pesquisa e Produção em Comunicação e Emergência (EMERGE). E-mail: mariana.pitasse@gmail.com.

2 Doutora e mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ) e graduada em Comunicação Social-Jornalismo pela UFF. Professora e pesquisadora vinculada ao Departamento de Comunicação Social e ao Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: carlabaienses@yahoo.com.br.

## Introdução

Um ano após a ocupação de um terreno abandonado na periferia de São José, região metropolitana de Florianópolis, as famílias que formam a Ocupação Contestado estavam em festa. Na tarde do dia 07 de novembro de 2013, comemoravam o primeiro aniversário da nova comunidade. O local escolhido para a celebração foi simbólico: o Ginásio Municipal do Jardim Zanelatto, o mesmo que abrigou as famílias por quase um mês, após terem sido expulsas de um primeiro terreno que ocuparam no mesmo bairro.

No local, diversos bolos enfeitaram as mesas e disputas de futebol animaram os convidados – grupo formado por apoiadores, militantes e moradores da ocupação. As paredes estampavam faixas com a frase emblemática das manifestações de rua organizadas pelas famílias: “Chega de enrolação, queremos habitação! ”. Durante o evento também ocorreu o lançamento da primeira edição do jornal “Contestado Vive”, veículo de comunicação comunitária da Ocupação Contestado. Os próprios moradores distribuíram o informativo em frente ao ginásio. Para incentivar os vizinhos a levarem a publicação que contava suas histórias, os jornais eram entregues acompanhados de fatias de bolo.

A celebração não aconteceu de forma espontânea. Ela se insere na estratégia das Brigadas Populares<sup>3</sup> para marcar o primeiro ano de existência da ocupação. A organização, que auxilia na estruturação da ocupação desde o seu início, planejou não só celebração oficial, mas também ações de comunicação para relembrar a data acionando uma narrativa que evoca o esforço, a luta e as conquistas das famílias, um processo estruturado de construção e enquadramento da memória (Pollak, 2012).

Não só no primeiro aniversário, mas também nos dois outros subsequentes, o processo de apropriação e ressignificação da memória coletiva (Halbwachs, 2006) foi trabalhado pelas Brigadas Populares através, principalmente, das comemorações planejadas. Dessa forma, todos os anos, a data de aniversário da ocupação é celebrada por meio de **ações que estabelecem o que será ou não lembrado** pela comunidade. É a partir desse ponto de partida que o presente artigo pretende pensar o trabalho de enquadramento de memória, promovido pela organização através de estratégias de comunicação, e a possibilidade de construção de linguagem política que permita à Ocupação Contestado resistir.

## Memória e identidade

Para compreender as estratégias de comunicação num processo mais amplo de produção de uma voz pública, é preciso discutir em que medida memória e identida-

<sup>3</sup> Organização Política, sem vínculos partidários, com atuação na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Florianópolis desde 2005, que realiza ocupações com famílias sem-teto junto ao Movimento Popular Urbano. Atualmente, as Brigadas Populares estão estruturadas em seis frentes de trabalho: Reforma Urbana, Mulheres, Comunicação, Formação, Juventude e Antiprisional.

de se relacionam, num sentido político, para estabelecer essa representação.

Diversos autores problematizam a relação entre memória e identidade. Precursor neste campo de estudos, Bergson (1999) assinalou o caráter seletivo da memória, suplantando a ideia de acervo puro e simples, amontoado de lembranças, e ressaltando a dinâmica do lembrar e esquecer, a partir das demandas do presente. Pollak avança no sentido de pensar como estas dinâmicas não apenas se relacionam com o tempo presente, mas sublinha que há, em muitos casos, um esforço, um “investimento” (Pollak, 1992, p. 7) para constituir uma memória oficial, representativa, que resulta numa memória enquadrada.

Lowenthal (1988) lembra o papel da memória como estabilizadora de um fluxo de experiências e produtora de uma unidade, não apenas num nível prático e instrumental, mas também no nível psíquico. Para ele, a “perda de memória destrói a personalidade e priva a vida de significado” (Lowenthal, 1988, p. 83). A imagem célebre desta perda de si mesmo é confrontada no mal que assombrava os moradores de Macondo, em “Cem anos de Solidão”. O esquecimento progressivo, que fazia os personagens desaprenderem o nome e a função das coisas, acabava por alcançar as memórias de infância, a identidade das pessoas, “e até mesmo a consciência do seu próprio ser” (Marquéz, apud Lowenthal, 1988, p. 83).

Lembrar, desta forma, é dar sentido à existência e situar-se enquanto indivíduo no mundo. Da mesma forma que organiza a identidade individual, a memória coletiva serve de substrato para identidades “associativas duradouras” (idem, p. 84). Pollak (1992) também sublinha o caráter organizador das memórias, no que diz respeito a grupos sociais. Para ele:

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (Pollak, 1992, p. 5)

Duas afirmações se destacam no argumento do autor. A primeira, de que a memória é construída, portanto, não é um simples lembrar, mas há nela um trabalho e uma intencionalidade, um “enquadramento”. A segunda, é que este trabalho resulta na definição de uma identidade, uma representação para si e para os outros. Neste processo, o grupo define não só o que será esquecido e o que será lembrado, mas como será lembrado e por quem. E há sem dúvida, um sentido político nestas decisões, que se ligam à necessidade não apenas de preservar uma representação para o futuro, mas torná-la potência no presente.

Lowenthal (1988) trata o assunto em outros termos, mas reforça a ligação entre memória e o “aqui e agora”, quando aborda o processo de revisão. “O passado é filtrado por tudo que é aprendido subsequentemente”, diz, citando Bernard Crick (Crick, apud Lowenthal, 1988, p. 98). Disso deriva tanto a ideia de que o presente nos ajuda a compreender os fatos passados – aquilo que aprendemos nos ajuda a ordenar o que vivemos – quanto o passado – revisto – nos ajuda a dar sentido ao presente, nos permite construir a narrativa do eu ou do nós.

Ainda segundo Pollak, é perfeitamente possível, ainda, que por meio da socialização política ou histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou identificação com determinado passado, tão forte que se pode falar em uma memória herdada. Neste sentido, a memória pode ser construída por acontecimentos “vividos pessoalmente”, ou por momentos “vividos por tabela” - que são aqueles vividos pela coletividade do qual a pessoa faz parte. Já a “memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos devem ser gravados na memória do povo” (Pollak, 1992, p. 4).

Podendo assumir a faceta de uma estratégia fabricada, a memória aparece como um instrumento de agentes e agências sociais para ancorar identidades. O processo de construção da identidade, por sua vez, é conceituado como um fenômeno produzido em referência aos outros. A memória e identidade, portanto, podem perfeitamente ser instrumentos de negociação, e “não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo” (idem, p. 5).

Stuart Hall (2005) acrescenta que sujeito pós-moderno não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente. Ela é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente.

Sobre a construção de identidades, Castells (2000) acrescenta que esse é um processo marcado por relações de poder. Ele problematiza o porquê de se construir identidades e afirma que se a pergunta for respondida, também será identificado grande parte do conteúdo dessa identidade. Para além das identidades constituídas por instituições formais, Castells destaca que existem outros tipos de construção. Aqui, uma das categorias desses outros processos é justamente a identidade formada a partir da resistência. Como no caso da Ocupação Contestado, essa categoria é criada para aqueles que se encontram em posição desvalorizada pela lógica da dominação, construindo assim trincheiras de resistência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade. Um tipo de identidade não estabelecida, mas construída através das experiências do grupo.

Não é difícil concordar, do ponto de vista sociológico, que qualquer identidade é construída. A principal questão é como, a partir de quê, quando e para quê isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria-prima da

biologia, história, geografia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias sociais, pelos aparatos do poder e revelações de cunho religiosos. Porém todos esses materiais são processados por indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado a partir de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo e espaço. Avento aqui a hipótese de que quem constrói a identidade coletiva e para quem ela é construída são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem. (Castells, 2000, p. 22).

## Disputa política por memórias

As ações construídas no primeiro aniversário da Ocupação Contestado dizem respeito ao enquadramento da memória e à legitimação de identidade oficial dos moradores da Ocupação Contestado. Porém, como argumentamos, esse processo transita em um campo de disputas, já que trabalha com a construção de uma memória coletiva (Halbwachs, 2006) e de uma representação pública da comunidade. Essa, por sua vez, não é aceita de maneira passiva e, sim, a partir de lutas e resistência. Bhabha coloca a questão em termos precisos, quando questiona:

De que modo chegam a ser formuladas estratégias de representação ou aquisição de poder [empowerment] no interior das pretensões concorrentes de comunidades em que, apesar de histórias comuns de privação e discriminação, o intercâmbio de valores, significados e prioridades pode nem sempre ser colaborativo e dialógico, podendo ser profundamente antagônico, conflituoso ou até incomensurável? (Bhabha, 1998, p.20)

Nesta perspectiva, podemos considerar que a história de resistência da ocupação, como um fenômeno vivido, não bastava por si mesmo como organizador de uma identidade coletiva, mas a construção de uma memória coletiva, a partir de estratégias de comunicação contínuas e estruturadas, acionava a produção desta identidade. Já a legitimação da memória construída, como lembra Pollak, só é possível a partir de um processo de enquadramento, um trabalho desenvolvido, principalmente, por movimentos, partidos e organizações políticas.

No caso específico da Ocupação Contestado, esse enquadramento é exercício constante das Brigadas Populares. As estratégias de comunicação planejadas pela organização para as comemorações de aniversário, como veremos com mais detalhe, são as maiores expressões desse exercício, que define o que será ou não lembrado, privilegiando a memória da resistência. Como um referencial da memória coletiva, as festas, o grafite, a escolha da logo, são lembranças recorrentes na fala dos moradores.

A memória construída no presente, a partir de demandas dadas por este e não necessariamente pelo passado em si, pode ser pensada como fator fundamental para a construção de pertencimentos sociais, aos mais diversos níveis associativos. De certa forma, a busca do controle sobre a memória institui uma identidade para o agente social nela envolvido, no sentido de gerar um

lugar dentro de uma rede específica de circularidade e fluxo. Então, a princípio, participar como agente neste processo de construção de memórias é um processo comunicacional por excelência, pois coloca o emissor das mensagens dentro de uma rede de fluxos de informação que lhe confere identidade como participante desta *rede*. Existe, portanto, uma intensa relação entre a *memória* como processo coletivo de construção do passado a partir de demandas do presente e a conferência de identidades sociais para aqueles que estão envolvidos em tal processo (Pollak, 2012, p.205).

A partir da discussão apresentada, é possível refletir sobre os fluxos recebidos pela Ocupação até hoje. As comemorações e produtos de comunicação nos mostram o exercício explícito das Brigadas Populares em enquadrar a memória e a identidade do grupo em um movimento de luta constante pela moradia. Os textos, as faixas, as pinturas, todos os detalhes remetem a essa luta. A Ocupação, por sua vez, se estrutura recebendo as influências e, ainda que não participe da construção, se identifica com a representação criada pelos conteúdos de comunicação. Dessa forma, assume a luta como principal objetivo e sobrepõe percalços cotidianos em nome da resistência.

## Comunicação a serviço da memória

Anterior à primeira festa de aniversário, em 2013, entre as ações comemorativas planejadas para a data pela organização política está uma série de produtos de comunicação, que serão citados a seguir para compreensão da dimensão dessas ações, porém não cabe aqui refazer a avaliação de seu conteúdo. A primeira delas foi a reformulação da antiga logo, que representava nas páginas online a Ocupação Contestado. Em formato de concurso cultural, novas logos foram desenhadas pelos próprios membros da ocupação. De forma livre, os moradores que se sentiram à vontade para participar foram construindo suas próprias representações.

Entre os desenhos, despontou a imagem concebida por Dionathan Hiderraldo Paes, considerado um dos moradores mais ativos na militância pela reforma urbana. Em seu desenho, parte da história da comunidade é simbolizada através da representação das casas que formam a Ocupação, seus moradores, a vizinhança, o poder público e a polícia. Com a quase totalidade dos votos dos moradores, o desenho foi escolhido para substituir a antiga logo e assumir a representação pública do grupo.

Em um dos muros da entrada principal da comunidade, um enorme grafite também passou a simbolizar o grupo em muitas cores. Na ilustração, estão estampadas as casas que formam a comunidade, seus moradores, as crianças e suas pipas, além da inscrição: “Contestado Vive!”. No canto direito, a cabeça de um homem aparece como uma caixa aberta, onde a comunidade ocupa o espaço da mente – uma clara referência à tomada de consciência dos moradores que formam a ocupação. Produzida por Márcio Mos, grafiteiro da região metropolitana de Florianópolis, a pintura funcionou como um convite para um dia de lazer, acompanhado por um grande almoço,

que foi patrocinado pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e Região (SEEB). Gravado na memória das famílias, o dia é sempre revivido em suas falas<sup>4</sup> como uma lembrança alegre.

Já o informativo comunitário, intitulado “Contestado Vive”, lançado na festa de aniversário, se apresenta como o principal produto de comunicação criado na comunidade até hoje. Com tiragem de quatro mil exemplares, o jornal foi impresso com recursos arrecadados em alguns sindicatos da região metropolitana de Florianópolis. Composto por quatro páginas coloridas, impressas em papel couchê, o informativo funcionou como um panfleto com notícias da comunidade e, também, como um meio de representação formal que determina uma identidade pública para o grupo.

Idealizado com o objetivo de se tornar um periódico que dispute um espaço de discussão no bairro e apresente o grupo publicamente, o jornal comemorativo foi concebido com o planejamento de que os próprios moradores o escrevessem. Porém, essa ideia não deu certo nessa primeira edição. Pouco à vontade com a linguagem escrita, os moradores acabaram não finalizando os textos, ficando apenas com a função de dar sugestões sobre o que gostariam de ler no informativo. Outras tarefas como a coleta de dados para compor matérias e a cooperação na reunião para criar o editorial também contaram com as famílias.

Levantando temáticas de importância local, o jornal aponta à comunidade uma representação através de uma narrativa contra hegemônica, distanciada dos estereótipos reproduzidos pela mídia tradicional sobre os movimentos sociais. Além disso, ao escolher o que contar da história do grupo no jornal da comunidade, as Brigadas apresentam uma identidade oficial à Ocupação Contestado, pautada na luta pela moradia e no direito à cidade.

## Mudança nos rumos

Como dissemos, as ações planejadas para comemorar o primeiro aniversário da Ocupação Contestado serviram também como instrumento de representação pública e construção de uma linguagem pública para o grupo. Segundo os moradores, essa apresentação facilitou relações sociais com a vizinhança e despertou interesse e comção de pessoas da região pelas suas histórias.

Além disso, ao dar maior visibilidade às reivindicações e à trajetória da Ocupação, as ações serviram como instrumento de pressão sobre o poder público. Após a circulação do jornal “Contestado Vive” e maior visibilidade da Ocupação, a Prefeitura de São José agendou algumas reuniões, que antes eram sempre adiadas, e deu início à discussão sobre a possibilidade de desapropriação de um terreno na região central da cidade, além de apresentar proposta de um projeto habitacional. Assim,

<sup>4</sup> O presente artigo traz resultados preliminares da pesquisa para a dissertação em andamento. Para coletar dados, a pesquisa tem como metodologia entrevistas em profundidade (Duarte, Jorge, 2005), além de trabalhar etnografia das histórias de vida (Bertaux, Daniel, 1976).

apesar dos impedimentos burocráticos e da lentidão dos procedimentos, tudo parecia favorecer a Ocupação Contestado.

Passados alguns meses depois das vitórias e repercussões positivas, despontaram outros desafios, entre eles, a manutenção do modelo que havia dado certo. O ano de 2014 seguiu sem grandes avanços para que as casas desenhadas na planta do projeto habitacional se tornassem de cimento e tijolo. As famílias continuaram construindo a Ocupação ao lado das Brigadas, movimentando protestos e exigindo avanço nas negociações com a prefeitura. Os meses se arrastaram e com eles pequenas conquistas despontaram. Mudanças no projeto habitacional foram aceitas pela prefeitura, como apartamentos maiores e mais confortáveis, além do projeto passar a contemplar uma área de lazer.

Na Ocupação, as novas vitórias serviram de combustível para a luta diária e as famílias seguiam confiantes. As ações planejadas pelas Brigadas Populares nesse período, produzidas em menor quantidade, deixaram de lado os produtos de comunicação e ficaram focadas nos festejos. Um deles se destinou a comemorar o Dia das Crianças, no dia 12 de outubro. Em um domingo de sol, balões coloridos foram espalhados pelas pequenas ruas do terreno ocupado, enquanto palhaços improvisados faziam truques e desenhavam nos rostos das crianças.

Ao lado da mesa farta de doces e salgados, montada em frente à parede da entrada principal da Ocupação, em que o grafite que representa as famílias está estampado, caixas e caixas de fotografias colocavam à mostra registros sobre a Ocupação. A narrativa construída através das imagens conta a transformação dos barracos de lona em casas de madeira, o crescimento dos bebês e resgata a memória de companheiros que faleceram.

Quase um mês depois, quando a data do segundo aniversário chegou, a comemoração ficou por conta de um almoço especial na Ocupação. Na programação: funk, um enorme bolo, exposição fotográfica e exibição de um vídeo reportagem sobre a Ocupação<sup>5</sup>. A comemoração reduzida e despretensiosa, que não dava sinais do entusiasmo e planejamento do ano anterior, representou bem o período de distanciamento entre Brigadas Populares e Ocupação Contestado que marcaria os meses seguintes.

No segundo ano da Ocupação Contestado ficaria evidenciada a estagnação e enfraquecimento da luta, conforme a fala dos próprios moradores. Uma série de fatores produziu a nova configuração de relações. O primeiro deles, apontado tanto por militantes quanto por moradores, foi a substituição de quadros políticos das Brigadas Populares que trabalhavam na Ocupação. Dois militantes que acompanhavam o grupo desde seus primeiros passos precisaram mudar de Florianópolis por conta de projetos pessoais. O resultado repercutiu de forma muito pior do que imaginava a organização política. Apesar de não estarem sozinhos, os moradores viram-se de

<sup>5</sup> A reportagem foi produzida pelo Maruim, um coletivo parceiro de mídia alternativa de Florianópolis-SC.



alguma forma abandonados. A relação entre a Ocupação Contestado e as Brigadas Populares começou a atravessar um período de silêncio.

Os novos militantes que chegaram para dar continuidade ao trabalho já eram conhecidos, porém causaram estranheza e desconfiança. Demorou muito até que os moradores se acostumassem com os novos companheiros de luta. Segundo alguns deles, até hoje muitos não se acostumaram e reclamam a falta dos antigos militantes. Além disso, diante do período de adaptação, a organização demorou a realizar atividades e retomar os atos públicos e as ações e oficinas dentro da Ocupação.

Após um hiato de seis meses, a Frente de Mulheres das Brigadas Populares, que realiza trabalhos esporádicos com as mulheres que formam a Ocupação, organizou no dia 08 de maio de 2015, o Samba da Resistência, como uma celebração ao Dia do Trabalhador. Com mensagens didáticas sobre o feminismo pregadas nas paredes da ocupação, como “Quando mulheres avançam, nenhum homem retrocede”, a comemoração colocou as mulheres como protagonistas do feriado que rememora a resistência das trabalhadoras.

Essa foi a última ação realizada na Ocupação, que sofreu nos meses seguintes com a morosidade nas negociações com a prefeitura<sup>6</sup> e recessão das atividades de pressão - antes organizadas pelas Brigadas Populares. Somado a esse contexto de dificuldades, um número significativo de moradores desistiu da ocupação e da luta pela moradia. Segundo as Brigadas Populares, aproximadamente 70% dos lares receberam novos moradores. Enquanto uns abandonaram os barracos construídos no terreno ocupado, outros resolveram vender, desafiando o regimento interno estabelecido na Ocupação pelas Brigadas Populares.

Essa mudança não só reafirmou o distanciamento estabelecido entre organização política e os moradores, como reconfigurou as bases da luta. Como tentativa de reorganizar o grupo, as Brigadas convocaram seguidos atos públicos, que foram cancelados pela falta de adesão dos moradores. Muitos dos que chegaram nunca tiveram contato com trabalho de formação política, portanto não se reconheceram na luta pelo direito à cidade.

Esse enfraquecimento da luta tem relação direta com o desmantelamento do projeto de enquadramento de memória das Brigadas Populares. Em análise sobre memória coletiva, Maurice Halbwachs (2006) acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, como o reforço da coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, que ele chama de “comunidade afetiva”. Segundo autor, a duração de uma memória está limitada à duração da memória do grupo. Isso significa dizer que há necessidade de preservação de elos entre os integrantes de um grupo para que a sua memória permaneça.

<sup>6</sup> A prefeitura de São José fechou um acordo sobre projeto habitacional com as famílias da Ocupação Contestado em 2013, e no ano seguinte destinou um terreno para construção dos apartamentos, porém as promessas ficaram estagnadas em 2015. Novas reuniões não foram mais agendadas e o argumento do poder público local para é de que o governo federal congelou as verbas destinadas ao programa “Minha Casa, Minha Vida”, segundo depoimentos de militantes das Brigadas Populares.

Nesse sentido, para Halbwachs, a constituição da memória de um indivíduo é uma combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais ele participa e sofre influência - família, escola, grupo de militância ou ambiente de trabalho. Por isso, para ele, toda memória é coletiva “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente” (2006, p. 72).

Ainda de acordo com Halbwachs, para que a nossa memória se aproveite de outras memórias, não basta que outros nos apresentem seus testemunhos: “é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum”. (Halbwachs, 2006, p. 39).

Portanto, para que uma lembrança seja reconhecida e reconstruída, os atores sociais precisam buscar marcas de proximidade que lhes permitam dividir as mesmas recordações. Além disso, diferente da memória oficial, fixada em livros e monumentos, a memória coletiva é orgânica, e só existe enquanto houver alguém que a preserve, já que “não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (Halbwachs, 2006, p. 102). Sem estes quadros coletivos, que servem de referência, a memória se apaga.

Ou seja, a memória funciona como um arcabouço do reconhecimento e coesão social. No caso específico da Ocupação, como os laços da memória não foram continuamente fortalecidos para que os antigos moradores não se dispersassem e para que os recém-chegados pudessem se interessar e se identificar com a luta construída, a própria resistência do grupo ficou ameaçada.

Devido a essa não identificação com o grupo, não ocorre o processo de rememoração por parte do indivíduo, uma vez que os indivíduos só lembram por meio dos “quadros sociais de memória” (idem) que guardam e regulam os fluxos das lembranças. A continuidade desses quadros de lembranças que atuam sobre as pessoas em diferentes circunstâncias é que permite a lembrança e fortalece a memória coletiva, na medida em que se define o que ele deve lembrar ou esquecer.

Há nesse processo, critérios que definem o que será lembrado com maior clareza e prioridade. No primeiro plano, terá destaque nas memórias de um grupo aquilo que foi vivido por um maior número de pessoas e que resulta de experiências coletivas; já as experiências relacionadas a um número menor de integrantes adquirem um caráter de segundo plano, conforme define Halbwachs (ibidem).

## **Polícia militar entra em cena**

Com saída de alguns integrantes e a dificuldade ainda maior de interação entre as Brigadas Populares e moradores, a situação da Ocupação Contestado tornou-

-se ainda mais frágil. A fragilidade pode ser percebida não só no ambiente político, com a paralisação das negociações com a prefeitura, mas também na legitimidade da Ocupação no bairro.

Prestes a completar três anos, em outubro de 2015, a Ocupação Contestado passou a sofrer ainda mais com a repressão da Polícia Militar de Santa Catarina. A relação de conflito entre a polícia e as famílias da Ocupação sempre existiu, porém, esse quadro se intensificou no último ano, tornando-se rotina no dia-a-dia dos moradores.

O afastamento entre organização política e Ocupação significou um abandono da institucionalização criada por essa relação. As ações planejadas no cotidiano da Ocupação, entre produtos de comunicação, festas e atos públicos, assumiam não só o papel de integração, enquadramento de memória e luta política, mas também de legitimação da comunidade na vizinhança e no bairro. Dessa forma, o abandono gera espaço para a criminalização dessas famílias.

Segundo os moradores, as investidas policiais acontecem, geralmente, no período da noite e são descritas como operações muito agressivas. No período de outubro de 2014 a janeiro de 2015, alguns integrantes da Ocupação relataram que os policiais, sem identificação, invadiram as casas, espancaram moradores, quebraram móveis e eletrodomésticos em várias residências, furaram pneus de vários veículos, atacaram verbalmente e ameaçaram de morte os moradores. Durante as investidas, os policiais falaram sobre uma suposta “Operação Contestado”. Entre as ameaças está o confisco de todos os bens que não tiverem nota fiscal, além disso, quando invadem as casas, perguntam “onde estão escondidas as armas e drogas”.

O tráfico de drogas, ainda que em pequena proporção, caminhou lado a lado com a construção da Ocupação. Localizada ao lado da favela do Pedregal<sup>7</sup>, a Ocupação nunca se constituiu como território de uma “boca de fumo”<sup>8</sup>, porém, sempre teve moradores que trabalhavam como “aviõezinhos” do tráfico abrigado fisicamente no território vizinho. O que comprova que as ações policiais – cada dia mais agressivas – não representam, de fato, uma tentativa de combate ao tráfico, mas sim, uma possibilidade de criminalização das famílias e do movimento. “Eles disseram para eu ir para o inferno e que aqui dentro só morava mala, vagabundo e bandido”, destacou uma moradora em sua fala.

Para Gabriel Feltran (2007), uma dimensão dessa violência é sempre naturalizada. Trata-se da passagem entre a repressão ao ato ilícito e a repressão ao indivíduo que o pratica, que no senso comum se identificam.

Nela, o ato ilícito preenche o corpo do indivíduo que o pratica. E absoluto no corpo do praticante, ato e indivíduo se identificam. Esta identificação não permite remissão – por onde este indivíduo circular, estará ali a ameaça do crime. A naturalização da imagem dos indivíduos fora-da-lei exige uma for-

<sup>7</sup> Uma das 12 favelas de São José, região metropolitana de Florianópolis. É constituída por 170 famílias, aproximadamente 451 pessoas, com renda mensal de até três salários mínimos, segundo dados do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF).

<sup>8</sup> Expressão usada nas falas dos próprios moradores.

ma concreta de identificá-los. É possível, então, encontrar formas de identificar publicamente os ‘trabalhadores’ e os “bandidos”. É então que aparecem os critérios sensoriais de identificação: os “bandidos” têm cor de pele escura, vestem-se e falam de maneiras próprias, têm modos de se portar e idade específica, enfim, quase sempre identificam-se com os ‘jovens das periferias’. Identificados socialmente os “bandidos”, a partir de critérios diacríticos, a ação pública concreta de repressão vai dirigir-se a eles. É por isso que, nas operações policiais ostensivas, sempre mais “públicas” que as de rotina, também os grupos de amigos, vizinhos e familiares daqueles que praticam os atos ilícitos passam a contar entre os “bandidos” (Feltran, 2007, p. 24)

Resumindo, para o autor, na repressão policial de rotina, o conjunto dos “bandidos” é específico: trata-se daqueles indivíduos que praticam atos ilícitos e participam do “mundo do crime”. Nas operações policiais mais amplas, este conjunto se alarga para incluir aqueles que vivem e se relacionam com eles. E em situação de guerra dos trabalhadores contra os bandidos, todos os jovens moradores das periferias urbanas tornam-se bandidos.

De acordo com Feltran, a partir desta identificação, qualquer ilegalidade da repressão pode ser legitimada como combate ao crime. Se a divisão entre trabalhadores e bandidos não tem se demonstrado um problema de ordem legal, mas de repartição da legitimidade, “esta forma de nomear a divisão do conjunto social se torna, então, inteiramente política: a categorização bipolar entre ‘trabalhadores’ e ‘bandidos’ define nada menos que o acesso ao ‘direito a ter direitos’” (idem, 2007, p. 25).

## **Resistir através das memórias**

Como resposta aos abusos policiais, as Brigadas Populares investiram novamente na memória para fortalecer laços com a Ocupação Contestado. Para isso, a organização voltou a convocar atos públicos para colocar nas ruas as faixas com os antigos dizeres “Contestado Vive”, agora ressignificados. O primeiro deles, organizado dias após a primeira invasão, teve que ser cancelado pela falta de adesão dos moradores, o que não se repetiu nos atos seguintes - convocados pelos próprios moradores após assembleias.

Além disso, a organização reuniu autoridades locais, como políticos e promotores de justiça, na Ocupação para colher depoimentos dos moradores e registrar a denúncia oficialmente. Também foi produzido um pequeno documentário, em formato de denúncia pública, que aponta os relatos dos moradores sobre as invasões policiais. O material foi disponibilizado online e compartilhado nas redes, marcando uma primeira retomada da produção de comunicação na Ocupação.

A comemoração do terceiro aniversário permanece adiada. A frase: “Não é época para comemorar”, aparece em vários depoimentos dos moradores. Para eles, é hora de trabalhar para resistência e reconstrução. Enquanto isso, um dia de pinturas com as crianças sobre os ataques foi realizado. As atividades se reestabelecem

gradualmente, as frentes de atuação das Brigadas Populares voltaram a programar ações e oficinas, inclusive a frente de comunicação, que planeja uma agenda de atividades para 2016. Os próprios moradores também viram a necessidade de retomar as reuniões que faziam com os vizinhos de núcleo. A comunidade encontra-se agora em período de reorganização de sua memória e identidade.

## Referências bibliográficas

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução Paulo Neves. - 2- ed. - São Paul : Martins Fontes, 1999.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BIRMAN, Patrícia. **Ocupações: territórios em disputa, gêneros e a construção de espaços comuns**. In: Patrícia Birman, Márcia Leite, Carly Machado e Sandra Sá Carneiro (orgs.), Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

BIRMAN, Patrícia; FERNANDES, Adriana; PIEROBON, Camila. **Um emaranhado de casos: tráfico de drogas, estado e precariedade em moradias populares**. In: Mana 20.3, 2014.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade. 2.ed (A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 2)**. Trad.de Klauss B.Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAVALCANTI, Mariana. **Do barraco à casa: tempo, espaço e valor (es) em uma favela consolidada**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais 24.69, 2009.

FELTRAN, Gabriel. **Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos**. São Paulo: Temáticas 15, 2007.

FRAGOSO, Mariana P. **As Contribuições da comunicação no Processo de construção de identidade da “Ocupação Contestado”**. Monografia apresentada como trabalho final do curso de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

\_\_\_\_\_. **A voz da comunicação: um meio formal de legitimação da Ocupação Contestado**. Porto Alegre: 10º Encontro Nacional de História da Mídia, 2015.

HALBWACKS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Tradução Lúcia Haddad. Projeto História. São Paulo, novembro de 1998.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Estudos Históricos, vol. 5, n.10. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

\_\_\_\_\_ **Memória, silêncio e esquecimento**. In: Estudos Históricos, vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989.

ROLNIK, Raquel. **Democracia no fio da navalha. Limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil**. São Paulo: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 11(2), 2009.

SIGAUD, Lygia. **A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana**. São Paulo: Novos Estudos Cebrap 58, 2000.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.